

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

**REQUERIMENTO N.º DE 2009  
(Dos Srs. Paulo Rubem Santiago, Domingos Dutra e Alexandre Silveira)**

Requer a realização de Seminário, em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Legislação Participativa para tratar dos 25 anos da Lei 7.210/84 – Lei da Execução Penal e do Sistema Penitenciário Brasileiro

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 24, inciso XIII do Regimento Interno, requeremos a esta Comissão a realização de Seminário conjunto com as Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Legislação Participativa para tratar dos 25 anos da Lei 7.210 de 11 de julho de 1984 – Lei da Execução Penal e o Sistema Penitenciário Brasileiro.

Para tanto, requeremos sejam convidados a participar da audiência:

- Dr. Sérgio Salomão Shecaira - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
- Dr. Adeildo Nunes – Instituto Brasileiro de Execução Penal;
- Dr. Fernando Calmon - Associação Nacional de Defensores Públicos;
- Dr. José Carlos Cosenzo - Conamp - Associação Nacional dos Membros do Ministério Público;
- Wellington Marques- Procurador Regional dos Direitos do Cidadão
- Débora Diniz – Pesquisadora da ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero; e
- Um representante dos Agentes Penitenciários dos Estados.

## JUSTIFICAÇÃO

Os desvios que permeiam a execução penal se refletem em toda a estrutura do sistema penitenciário, e, por conseqüência, na segurança pública em sentido amplo.

Além disso, afetam os direitos e garantias do preso, contudo, a eles não se restringem.

É certo que, na medida em que não se efetivam as regras da execução penal, pune-se o condenado duas vezes. Contudo, a apenação maior recai sobre a sociedade que financia, com o pagamento de impostos, a estruturação de um sistema que idealiza, busca e não atinge seus objetivos, mercê do descaso.

Essa parcela da população é, no mínimo, triplamente vítima. Vítima do medo; do crime, e também da inércia/ineficiência de seus representantes junto a poderes instituídos, há muito fracassado ante a incontida ascensão da ilicitude penal.

Dada a relevância do tema, solicitamos aos prezados pares o apoio a este requerimento que propõe a realização do referido seminário.

Sala das Comissões, de de 2009

Deputado Paulo Rubem Santiago  
PDT /PE

Deputado Domingos Dutra  
PT/MA

Deputado Alexandre Silveira  
PPS/MG